

MÁRIO COIMBRA

O autor é promotor de justiça em Presidente Prudente. Mestre em Direito Penal pela Universidade Estadual de Maringá e professor de Direito Processual Penal e Direito Penal na Faculdade de Direito de Presidente Prudente e nas Faculdades Integradas de Araçatuba.

Tratamento do Injusto Penal da Tortura

Coordenação
Luiz Regis Prado

Editora Revista dos Tribunais

343.43
C679t



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coimbra, Mário

Tratamento do injusto penal da tortura / Mario Coimbra. - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002. - (ciência do direito penal contemporâneo ; v. 2)

Bibliografia.

ISBN 85-203-2300-6

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil 3. Tortura - Brasil 4. Tortura - Historia I. Título. II. Serie.

CDU-343.255.5 EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

Índices para catálogo sistemático: 1. Tortura : Injusto penal : Direito penal

02-3874

CDU 343.255.5

343.43
C679t



SUMÁRIO

PREFÁCIO - Luiz Regis Prado 7

APRESENTAÇÃO 9

Parte I

A TORTURA JUDICIAL NA ANTIGUIDADE, IDADE MÉDIA E IDADE MODERNA

1. A TORTURA NA ANTIGUIDADE	13
1.1 Considerações iniciais	13
1.2 Grécia	17
1.3 Roma	21
2. A TORTURA NA IDADE MEDIA	30
2.1 Direito germânico	30
2.2 Direito canônico	42
2.2.1 Tribunal do Santo Ofício	45
2.2.2 A tortura e o sistema inquisitivo no direito comum	64
3. A TORTURA NA IDADE MODERNA	74
4. O ILUMINISMO	90
4.1 Abolição legal da tortura	104

PARTE II

CRIME DE TORTURA NA IDADE CONTEMPORANEA

1. A TORTURA COMO CRIME INTERNATIONAL	107
1.1 Considerações gerais	107
1.2 Bem jurídico protegido e sujeitos do delito	134
1.3 Tipicidade objetiva e subjetiva	139
1.3.1 Excludentes de ilicitude e de culpabilidade	144
2. A HISTÓRIA DA TORTURA NO BRASIL	148
2.1 Brasil-colônia	148
2.2 Brasil-Império	151
2.3 Brasil-República	154
3. O DELITO DE TORTURA NO DIREITO BRASILEIRO	158
3.1 Considerações gerais	158
3.2 Bem jurídico protegido e sujeitos do delito	165
3.3 Tipicidade objetiva e subjetiva	175
3.4 Sanção penal, qualificadoras e majorantes	192
3.4.1 Tortura qualificada	192
3.4.2 Majorantes	193

343.43
C679t



3.4.2.1 Crime cometido por agente público	194
3.4.2.2 Crime cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente	194
3.4.2.3 Crime praticado mediante seqüestro	195
3.4.3 Efeitos da condenação	195
3.5 Vedação de benefícios legais	196
3.6 Progressão de regime	198
3.7 Tortura e outros delitos	201
3.7.1 Tortura e abuso de autoridade	201
3.7.2 Tortura e lesão corporal	202
3.7.3 Tortura e constrangimento ilegal	202
3.7.4 Tortura e maus-tratos	202
3.7.5 Tortura imprópria e prevaricação	202
Conclusões	203
BIBLIOGRAFIA	209
ANEXO	
1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)	219
2. PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLITICOS (1966)	222
3. CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUEIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES	236
4. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA	246
5. LEI 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	250
ÍNDICE ALFABETICO-REMISSIVO	251

